

A COLONIZAÇÃO DO VALE DO CURIMATAÚ: o caso das capitanias da Paraíba e do Rio Grande (1659-1721)



<https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38286>

Francisco Irajan Bezerril Júnior¹⁰⁵

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo promover o debate sobre aspectos da ocupação militar do Rio Curimataú entre os anos de 1659 e 1721. Ele é fruto de uma pesquisa que analisou processos políticos, econômicos e administrativos da colonização portuguesa na conformação do território do Curimataú colonial, buscando recompor o contexto histórico da sedimentação da estrutura colonial em torno do rio, a partir da investigação da ação de instituições e grupos sociais. Como principal resultado, apontamos que as concessões de sesmarias que ensejaram o estabelecimento de fazendas de gado e de aldeamentos indígenas tiveram papel decisivo para a posse e o controle português sobre aquele território, após a reconquista luso-brasileira das Capitanias do Norte.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Curimataú; Colonização; Capitanias do Norte; História da Guerra; Territorialização.

THE COLONIZATION OF THE CURINATAÚ VALLEY: the case of the captaincies of Paraíba and Rio Grande (1659-1721)

ABSTRACT:

This article aims to promote the debate on aspects of the military occupation of the Curimataú River between 1659 and 1721. It is the result of research that analyzed political, economic and administrative processes of Portuguese colonization in the formation of the territory of colonial Curimataú, seeking to recompose the historical context of the sedimentation of the colonial structure around the river, based on the investigation of the actions of institutions and social groups. As the main result, we point out that the sesmaria concessions that led to the establishment of cattle ranches and indigenous villages played a decisive role in Portuguese

¹⁰⁵ Mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), faz parte do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS) da UFRN e do Núcleo de Estudos Impérios Coloniais (NEIC) da UFRPE. <http://lattes.cnpq.br/9070899751809503>. franciscoirajanbezerril@gmail.com.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

possession and control over that territory, after the Portuguese-Brazilian reconquest of the Northern Captaincies.

KEYWORDS: Curimataú River; Colonization; Northern Captaincies; History of War; Territorialization.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo promover o debate e a reflexão sobre aspectos da ocupação colonial do rio Curimataú entre os anos de 1659 e 1721. Ele é resultado de uma pesquisa de Mestrado que analisou processos políticos, econômicos e administrativos da colonização portuguesa na conformação do território do Curimataú colonial, buscando recompor o contexto histórico da sedimentação da estrutura colonial em torno do rio, a partir da investigação da ação de instituições e grupos sociais. O trabalho se deteve em estudar os agentes da conquista e o processo de distribuição de sesmarias que ocorreu no Curimataú entre os séculos XVII e XVIII.

O período escolhido para o recorte histórico da pesquisa se deu em razão de 1659 ter sido o ano em que se registrou a concessão de uma sesmaria feita pelo governador-geral, Francisco Barreto de Menezes ao capitão Dionísio Vieira de Melo na “Ribeira de Cunhaú”, na capitania do Rio Grande – concessão esta que foi a primeira naquele território após a reconquista luso-brasileira das Capitânicas do Norte. Em 1721, por sua vez, registrou-se a última concessão de terra do Curimataú na capitania da Paraíba no mandato de Antônio Ferrão Castelo Branco (1720-1721). Novas sesmarias só foram expedidas no Rio Curimataú nove anos depois, durante o governo de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão (1728-1734).

Durante o século XVIII, observou-se aumento nos registros de doações de terras do Curimataú a pessoas envolvidas na guerra contra os povos do interior. Assim sendo, diante da disponibilidade de farta documentação, a metodologia

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

aplicada neste trabalho consistiu no diálogo entre diferentes fontes dos séculos XVII e XVIII e o aporte teórico-metodológico da História Social. Por meio do estudo das cartas de sesmarias, foram identificados elementos textuais e narrativos que denotavam o oferecimento de mercês a colonos envolvidos nos combates aos indígenas do sertão, como patentes, ofícios e concessões de terras na região do Curimataú. Para análise das cartas de sesmarias, que estão disponíveis em arquivos digitais, como a Plataforma SILB¹⁰⁶, foi utilizado o Método de Tabulação, que consistiu na leitura dirigida a partir de categorias de análise pré-determinadas que compreende nome do sesmeiro, data de concessão, local de concessão, extensão da terra e justificativa da concessão (Alveal 2019).

No site do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), foi realizada uma busca tanto por cartas patentes e provisões de soldos dos sesmeiros do Curimataú, como por documentos de cunho religioso referentes às missões e aos aldeamentos indígenas no território do Curimataú. Com isso, buscou-se compreender o impacto da guerra na conformação do Curimataú colonial, relacionando-o à administração militar-político-religiosa da região, após 1654, ano da expulsão dos holandeses. Por meio do cruzamento entre esses documentos históricos e o livro *Nobiliarquia Pernambucana* (1925) de autoria de Antônio José Victoriano Borges da Fonseca, pudemos identificar além de informações sobre as patentes e a prestação de serviços desses indivíduos à Coroa, redes de sociabilidade que ligavam os homens do Curimataú a famílias e grupos das regiões açucareiras. Isso possibilitou analisar as particularidades no que diz respeito às doações de terra e as posições sociais ocupadas por esses sesmeiros.

O Rio Curimataú

¹⁰⁶ A Plataforma SILB disponibiliza o acesso às informações de cartas de sesmarias concedidas por governadores e capitães mores na América portuguesa. Ver em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br>.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

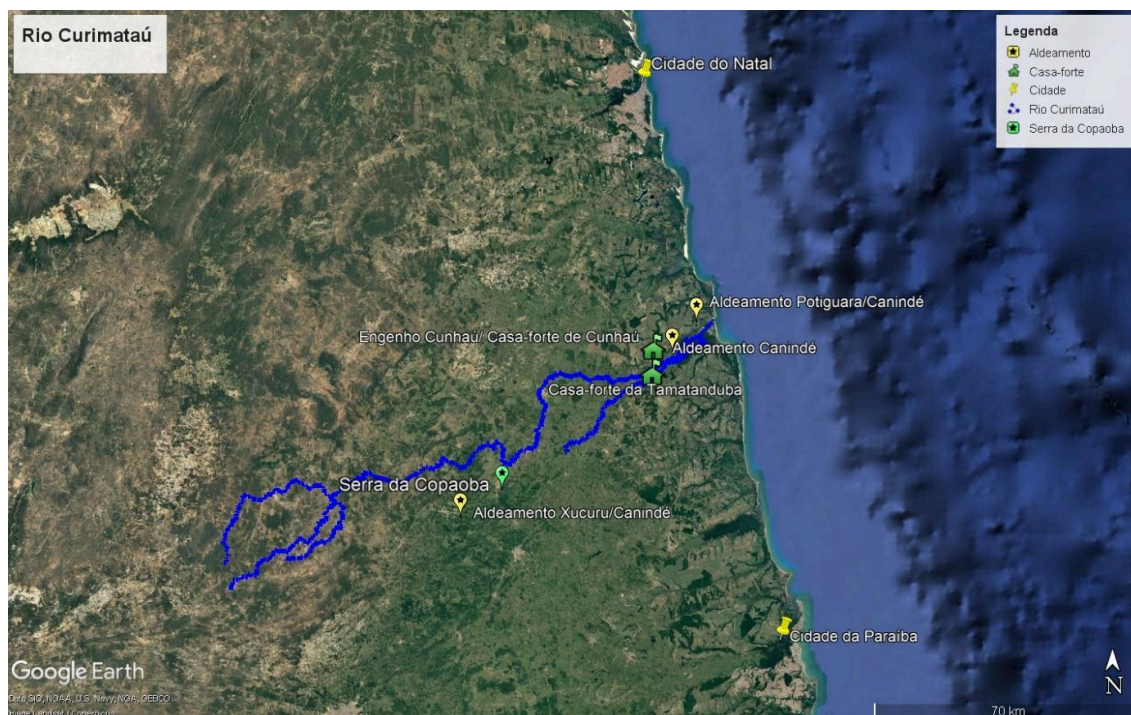
Os rios, desde antes da chegada dos portugueses, eram utilizados pelas populações indígenas para o consumo de água doce, a prática da agricultura e o deslocamento fluvial. Esses rios foram utilizados pelos conquistadores como guias geográficos para o acesso ao interior das capitanias. Com o início do povoamento português, a colonização ditou seu próprio ritmo de exploração das bacias hidrográficas do Brasil, impactando as relações dos povos indígenas com os rios e a terra, impondo alterações culturais nesse e em outros aspectos (Diegues, 2007).

O Rio Curimataú nasce a partir do encontro dos riachos Santa Rosa, Guandu, Poleiros, Caraibeiras e Salgado, no atual município de Barra de Santa Rosa no estado da Paraíba (Barros, 2020). A área da nascente desta bacia hidrográfica está situada em uma altura de cerca de 457 metros acima do nível do mar (Beltrão et al, 2005). Os limites atuais desse rio são identificados, ao norte, pela bacia do Rio Jacu; ao sul, pelo Rio Guaju; a sudoeste, pela bacia do Rio Paraíba; e a leste, pelo Oceano Atlântico (ANA, 2017). O curso principal do rio adentra o estado do Rio Grande do Norte pelo atual município de Nova Cruz e deságua no Oceano Atlântico através do estuário de Barra de Cunhaú em Canguaretama/RN. O Curimataú encontra-se localizado em uma área de baixos índices pluviométricos e é um rio de regime intermitente, secando completamente na maior parte do seu curso em períodos severos de estiagem.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Figura 01 - Rio Curimataú



Fonte: Mapa elaborado pelo autor, Francisco Iraján Bezerril Júnior, por meio do programa de georreferenciamento Google Earth.

A conquista da parte norte do Rio São Francisco, iniciada no século XVI, foi marcada pela influência política e econômica exercida por grupos de Pernambuco nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande (Gonçalves, 2007; Dias, 2017). Nos anos que se seguiram à reconquista luso-brasileira das Capitanias do Norte, em 1654, a Coroa portuguesa seguiu expandido seus domínios nas regiões interioranas das capitanias situadas ao norte de Pernambuco, por meio do desenvolvimento das atividades da pecuária nas ribeiras dos sertões. Esse movimento de expansão mobilizou diversos segmentos da sociedade colonial que enxergaram na ocupação das terras do Rio Curimataú um momento favorável para novos negócios e oportunidades políticas em capitanias mais afastadas do centro açucareiro.

Os rios das capitanias da Paraíba e do Rio Grande foram objetos de pesquisa de historiadores, como Paulo Henrique Marques (2006), Tyego Franklim da Silva

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

(2015), Patrícia Dias (2015), Yan Bezerra de Moraes (2018) e Larissa Lacerda (2021), empenhados em compreender a colonização das Capitanias do Norte a partir do fluxo expansionista da Coroa portuguesa para o interior da colônia.

Homens advindos dos principais núcleos açucareiros empenharam-se na conquista dos sertões, estabelecendo fazendas de gado nas margens dos principais rios e afluentes das terras recém desbravadas que lhes possibilitava o acesso à água potável, alimentação para o gado e desenvolvimento da agricultura. Esse movimento, impulsionado pela reconquista das Capitanias do Norte e pela distribuição de sesmarias, desencadeou diversos conflitos contra os povos indígenas habitantes do interior das capitanias da Bahia, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Siará-Grande e Piauí denominados genericamente de “tapuia” pelos colonizadores.

Entre os combatentes que avançavam contra esses povos, uma significativa parte era de militares de ordenanças, soldados do terço dos paulistas e outros indígenas que receberam mercês a título de pagamento pela participação na guerra contra os povos do Semiárido. Alguns desses homens que foram agraciados pelo rei com a concessão de terras em torno de ribeiras haviam participado dos combates contra os neerlandeses (1630-1654).

No século XVII, diversas resistências indígenas retardaram o avanço da conquista e do poder da Coroa portuguesa, que só se avançaram, de fato, para o interior das Capitanias do Norte, após 1654, com a retomada das guerras contra as populações dos quilombos e os grupos indígenas do sertão (Puntoni, 2002). Após 1654, os portugueses realizaram uma maciça investida em direção ao interior do continente, impulsionando diferentes expedições para destruição de quilombos e conquista de terras indígenas. Nesse momento, a intervenção da Coroa em prol dos colonos se aproveita do que é, a seu ver, um excesso populacional das vilas açucareiras, especialmente das tropas militares herdadas da Restauração,

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

mobilizando-as para os conflitos do interior (Silva, 2010). Os combatentes que compunham essas frentes de guerra eram de variadas origens e serviam no ofício militar nos diferentes quadros da Coroa portuguesa.

Esses militares, por não conseguirem meios necessários de ascensão social em suas capitanias de origem, podiam ter novas oportunidades em capitanias mais distantes (Silva, 2010). Nesse processo, a Coroa portuguesa utilizou do seu sistema de remuneração de serviços, com a distribuição de patentes, ofícios e habilitação política para acesso a cargos no senado da Câmara, como forma de reconhecimento pelos trabalhos prestados por esses indivíduos nos assuntos da expansão da colonização sobre as regiões interiores.

Os diferentes tipos de combatentes das Capitanias do Norte foram aproveitados pela administração portuguesa como mão de obra para o empreendimento da conquista dos sertões das capitanias da Paraíba e do Rio Grande. As tropas de linhas ou regulares, que compreendia o exército profissional português ficavam estacionadas nos núcleos urbanos, enquanto no interior predominavam as ordenanças e posteriormente, as milícias nas vilas do sertão (Miranda, 2006). Durante a expansão da conquista sobre as Capitanias do Norte, os serviços militares foram uma via decisiva para o recebimento de mercês régias e obtenção de hábitos das Ordens Militares.

A ocupação das terras do Rio Curimataú entre os anos de 1659 e 1721

No processo de reocupação do litoral e da integração de novos territórios ao controle da Coroa portuguesa, as sesmarias tiveram um papel importante como ferramenta de conquista. Na territorialização do Curimataú, as concessões de terra constituíram-se em um dos pilares da política de ocupação do sertão por meio da doação de cartas de sesmarias a homens empenhados na conquista, defesa e evangelização do território. A Lei de Sesmarias foi instituída pelo rei D. Fernando I, no ano 1375, e tinha por objetivo combater a crise de abastecimento de víveres pela

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

qual passava o Reino de Portugal, condicionando o direito à terra ao cultivo dela, segundo Paolo Grossi (2006). Assim como em Portugal, no Brasil, a concessão de sesmarias esteve circunscrita ao trabalho com a terra, entretanto, especificamente no caso das Capitanias do Norte, estava também condicionada à expansão de áreas destinadas à agricultura e à pecuária (Alveal, 2002, p.54).

A concessão de terras em áreas da conquista foi utilizada pela Coroa portuguesa como forma de remunerar os serviços prestados por seus vassalos pelo povoamento e defesa de novas terras. O interesse comum entre a Coroa e seus súditos na concessão de sesmarias estava ligado a necessidade que a Coroa possuía de colonos para povoar e defender o território, ao mesmo tempo que, estes se beneficiavam da mercê para obtenção de terras, remuneração por seus serviços e consequentemente, ascensão social (Krause, 2010). Nas cartas de sesmarias referente ao Rio Curimataú analisadas, percebeu-se que, na maioria dos casos, os requerentes alegaram serviços prestados a Coroa relativos à guerra, ao descobrimento de terras e a catequização das populações.

A maior parte das datas de terra situadas no Curimataú foram concedidas pelos próprios governos locais das capitanias, por meio de seus governadores e capitães-mores. Os dados catalogados pelo trabalho com as 37 sesmarias da região do Curimataú entre os anos de 1659 e 1721 evidenciaram o importante papel que possuíam os chefes dos governos dessas capitanias nos assuntos do povoamento português. Das 37 cartas de sesmarias do Rio Curimataú, 14 foram concedidas na jurisdição da capitania do Rio Grande e 23, na da Paraíba.

O povoamento colonial das capitanias do Rio Grande e da Paraíba por meio da ocupação pecuarista envolveu diferentes grupos e sujeitos, a exemplo dos padres seculares, militares das ordenanças, do terço dos paulistas, oficiais régios e outras pessoas do serviço da Coroa. Das cartas doadas pelos capitães-mores da Paraíba e do Rio Grande no Curimataú entre 1659 e 1721, 31 fizeram referência à exploração

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

do *gado vacum* e 5 não especificaram suas produções. Apenas uma sesmaria definiu como atividade única o trabalho com o cultivo de roçados que foi a dos indígenas Xucuru da Serra da Boa Vista em 1718 (PB0156). As referências aos produtos produzidos no Curimataú, nas cartas de sesmarias e em outros documentos, variam entre a criação de gados, de cana roçados de tabaco, milho, pesca e produção salineira (Bezerril Jr., 2024).

Dos 62 sesmeiros correspondentes às 37 cartas de Curimataú analisadas, 63% alegaram ter realizado algum tipo de serviço à Coroa portuguesa, fosse lutando na guerra, ocupando postos militares ou nos assuntos da propagação da fé. Os povoadores “brancos” deveriam arcar com o fornecimento de alimentos, gados e farinhas aos soldados que assistiam nos arraiais e casas-fortificadas da capitania do Rio Grande (Maia, 2023, p.135). A prestação de serviços militares e o povoamento com “fazenda própria” foram elementos citados nos processos de concessão de terra em Curimataú. Muitos desses sesmeiros além de prover a defesa dos moradores lusos com seus agregados contribuíram para o custeio de redutos militares e religiosos.

Ao promoverem a conquista, os colonizadores foram introduzindo nesses espaços edificações defensivas como presídios e casas-fortes para proteger as populações e caminhos coloniais. Tavares de Lira (1982), ao discorrer sobre os postos de vigilância construídos durante as guerras contra os indígenas da capitania do Rio Grande, faz referência às casas-fortes situadas próximas às ribeiras dos rios Açu, Siará-Mirim, Pirangi, Seridó, Potengi e do Curimataú, no ano de 1680. Em Curimataú existiam dois redutos defensivos que eram as casas fortes da Tamatanduba e de Cunhaú (Figura 01) e que estavam sob o comando da família Albuquerque Maranhão. As casas eram pontos importantes para manutenção da defesa e do controle da ocupação portuguesa na região sul da capitania do Rio Grande.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Os capitães foi o grupo militar que mais se destacou no recebimento de sesmarias em Curimataú entre 1659 e 1721, seguido dos sargentos-mores, dos coronéis e dos alferes. Nem todas as cartas de sesmarias fazem referência à ocupação ou à patente do sesmeiro, algumas informações só foram possíveis de serem recolhidas por meio do trabalho com outros tipos de fonte como o livro *Nobiliarquia Pernambucana* (1925). No livro supracitado pudemos encontrar além de informações sobre patentes e prestação de serviços dos sesmeiros, dados relativos à origem social, lugar de residência, ocupação e experiência em cargos políticos.

Militares como os coronéis Simão Alves de Vasconcelos e Luís de Souza Furna, além de receberem terras em Curimataú, desempenharam funções nas Câmaras das capitanias onde atuavam. Alguns desses senhores de terras foram sócios na empreitada agropecuarista e receberam juntos cartas de sesmaria, como foi o caso do coronel Manuel Gomes Torres e seu filho, o sargento-mor, Roberto Gomes Torres. Ambos desempenharam funções de almotacé, juiz ordinário e vereador na Câmara da cidade do Natal entre os anos de 1685 e 1731 (Lopes, 2006).

Sesmeiros de Curimataú estavam envolvidos por laços familiares, muitos eram pais, filhos, genros e sogros. O capitão Salvador Quaresma Dourado, detentor do ofício de Provedor da Fazenda Real e dos defuntos e ausentes da Paraíba foi casado com Bárbara da Câmara de Albuquerque Maranhão, filha de Matias de Albuquerque Maranhão, senhor do Engenho Cunhaú. Os Albuquerque Maranhão empenharam-se em diferentes frentes de expansão de seus negócios, por meio da aquisição de terras em parcerias com padres seculares, familiares e outros agregados (Morais, 2022). Essa família envolveu-se em diferentes conflitos com vizinhos das suas terras em Curimataú, entre eles, religiosos regulares, autoridades coloniais e indígenas Canindé do aldeamento da Lagoa de São João em Cunhaú (Lopes, 2003).

Antônio Freire, recebedor de uma sesmaria em Curimataú em 1706 (RN0059), desempenhava desde 1674, a função de registrador de gado no lugar da

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Tamatanduba, área da divisa da capitania do Rio Grande com a Paraíba (Lopes, 2006). O registrador do gado, antes de ter sua sesmaria confirmada pelo governo de Fernando de Barros e Vasconcelos (1703-1708), teve sérios desentendimentos com o coronel Afonso de Albuquerque Maranhão que reivindicou as terras ocupadas por Antônio, alegando que elas pertenciam aos descendentes de João de Nobalhas y Urréia e de Joana da Câmara de Albuquerque Maranhão.

Os membros do clero secular formaram outro grupo de expressão no recebimento de terras nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande. Os domínios ocupados por eles foram adquiridos por meio de compra ou da participação em expedições de conquista. Outros sacerdotes conseguiram ocupar terras ocupadas por antigos sesmeiros que faleceram nos anos da presença da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), como foi o caso do padre Leonardo Tavares de Melo. Esse padre recebeu terras na Ilha de Bom Sucesso onde existia um aldeamento indígena por ele administrado no ano de 1660 (RN0006). Em sua carta de sesmaria, o padre alegou ser morador da capitania desde 1654, onde atendia a demanda religiosa do lugar em um momento que muitos sacerdotes e religiosos se recusaram a morar nela. O padre Manuel de Jesus Borges, foi recebedor de quatro concessões no Curimataú em 1706 (RN0058, RN0059, RN0060, RN0061), uma dessas cartas de sesmaria em parceria com Afonso de Albuquerque Maranhão. Outro sacerdote, o padre Francisco Ferreira da Silva, recebeu duas sesmarias na zona do interior do mesmo rio, em 1690 e 1710 (PB 0364, PB 0090).

O povo Xucuru também recebeu sesmaria no Curimataú como forma de reconhecimento pelos serviços prestados na defesa da capitania da Paraíba no contexto das guerras contra os Canindé. A carta de sesmaria dos “Índios Sucurus”, relata que esses indígenas vieram para o norte da Paraíba “defender e reparar os assaltos que davam os tapuias bárbaros levantados” (PB0156). Ainda de acordo com a carta de concessão, os Xucuru se encontravam aldeados, vivendo “debaixo de missão” na Serra da Boa Vista e solicitavam terras no norte da Paraíba, entre os rios

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Curimataú e Araçagi, região por onde entravam os grupos indígenas a “fazer danos a capitania”. O texto da concessão, evidencia a vida aldeada e a trajetória de combate dos Xucuru para poder diferenciá-los dos demais indígenas “tapuias”, o que indica uma tentativa de desvincular desses vassalos guerreiros a condição de bárbaros atribuída aos demais povos de língua jê. A sesmaria concedida aos Xucuru foi peticionada pelo capitão-mor e representante da aldeia, Sebastião da Silva.

Para os conquistadores, a colonização do sertão possibilitou espaços para oportunidades políticas e comerciais por meio da exploração do gado vacum nas ribeiras e brejos das Capitanias do Norte. Esse movimento possibilitou a Coroa além da aquisição de terras, novos espaços de atuação, ao atrair para os territórios interiores das capitanias grupos e indivíduos interessados em frentes alternativas de expansão de seus negócios e na expectativa de remuneração por seus serviços (Bicalho, 2005). Para a região dos sertões dos rios, concorriam os interesses de grupos de Pernambuco e da Paraíba como homens ligados aos negócios do gado, ordens religiosas e grupos indígenas que podiam ser reassentados em novos espaços, anteriormente, habitados por outros povos. Combatendo com curraleiros e paulistas no sertão, ou lutado ao lado deles, os indígenas procuraram exercer sua agência em meio ao contexto da guerra e dos aldeamentos, buscando ressignificar sua atuação e as suas identidades na busca pela sobrevivência. Nas capitanias de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande no século XVIII, os grupos Janduí, Canindé, Paiaku, Xucuru e Potiguara habitantes dos territórios da ocupação portuguesa foram dispersados compulsoriamente para diferentes regiões das capitanias por meio dos aldeamentos religiosos. (Lopes, 2003; Silva, 2017).

Com as primeiras derrotas no sul do Rio Grande, os indígenas vencidos nas guerras, foram reassentados no espaço do Curimataú pelo processo de aldeamento e de concessões de sesmarias. Os antigos locais de acampamentos e aldeias do sertão, foram doados para ocupação de aldeamentos, de padres seculares e militares. As cartas de sesmaria do padre Manuel de Jesus Borges e do capitão Afonso de

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Albuquerque Maranhão datada de 1706 (RN0058) e a do povo Xucuru do ano de 1718 (PB0156), são um exemplo disso. Ambas as sesmarias foram concedidas em lugares referenciados pelos peticionários como estratégicos para resistência realizada por grupos indígenas.

Aldeamentos indígenas foram criados para acolher famílias Potiguara, Janduí, Canindé, Paiaku e Xucuru, oriundas dos espaços de conflito. Os aldeamentos foram responsáveis pela reorganização espacial dos indígenas e buscavam incluir os diferentes povos a sociedade colonial, por meio da conversão religiosa e do gerenciamento da mão de obra dessas populações para atividades agropastoris em engenhos e fazendas da região. Os religiosos de Nossa Senhora do Carmo estiveram envolvidos na administração de dois aldeamentos, um, em Igramació, região litorânea de Curimataú e outro na região do sertão, entre os rios Araçagi e Curimataú, habitado por povos Canindé e Xucuru. Os Jesuítas administravam um aldeamento na Lagoa de São João em Cunhaú habitado por indígenas Canindé (Lopes, 2003). Na região do Curimataú, terras indígenas também podiam estar circunscritas dentro dos limites das terras de um sesmeiro, como foi o caso da sesmaria concedida ao capitão João de Nobalhas y Urréia em 1664 (Alveal et al, 2023). A presença de aldeias encravadas nas terras de uma sesmaria podia contribuir para uma estratégia de subordinação dessas aldeias e, consequentemente, para o controle da mão de obra desses povos, cujas terras ficariam limitadas dentro dos domínios de um terceiro (Monteiro, 1994).

Conclusão

A conquista da região do Rio Curimataú abriu novas possibilidades de prestação de serviços aos grupos militarizados. À medida que a Coroa dispunha de novos territórios, ofícios e cargos, ela podia ampliar o seu campo de atuação na colônia produzindo novas formas de organizar e remunerar os seus

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

vassallos. (Hespanha, 1994). Nesse empreendimento, tanto homens de avultado cabedal, como aqueles considerados pobres produtivos dedicaram-se guerra do interior, empenhando seus cabedais e fazendas para conquista da terra, sendo recompensados de diferentes maneiras com hábitos de Ordens Militares, ofícios e terras de sesmarias. Entre os sesmeiros do Rio Curimataú, destacam-se aqueles que exerceram funções relativas à guerra, a administração e catequização nas Capitanias do Norte. No século XVIII, assim como os militares, os padres seculares e os aldeamentos estiveram presentes no espaço do Rio Curimataú. Nem todos os sesmeiros informaram as funções por eles exercidas no período em que receberam as sesmarias, contudo, observou-se o alto grau de militarização da sociedade colonial no Curimataú.

Em ambos os lados dos conflitos dos séculos XVII e XVIII, os indígenas demonstraram sua habilidade na luta e na maneira de negociar posições mais favoráveis para seus grupos junto aos portugueses e a outros povos indígenas. O posicionamento assumido por esses sujeitos influenciou a maneira de como os portugueses enxergavam o interior, condicionando o processo de concessão de mercês e de terras no sertão.

Os serviços prestados pelos grupos militarizados foram recompensados pela Coroa portuguesa por meio da distribuição de mercês de patentes militares, ofícios e terras. O recebimento dessas mercês possibilitou a ascensão econômica e social necessária para habilitação política desses indivíduos aos postos da câmaras da administração portuguesa. A agropecuária foi a principal atividade agrícola desempenhada pelos sesmeiros do Curimataú que se dedicaram à plantação de canaviais, aos roçados de culturas diversas e, especialmente, produção de gado.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Águas (Brasil). Reservatórios do Semiárido Brasileiro: Hidrologia, Balanço Hídrico e Operação: Anexo A. Brasília: ANA, 2017.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

AHU – Pernambuco. Caixa 6, doc. 478. 13/05/1654.

AHU – Paraíba. Caixa 6, Doc. 508. 25/04/1726.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. História e Direito: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros no Rio de Janeiro (século XVIII). 150f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In. MACEDO, Hélder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs.). Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América Portuguesa. João Pessoa: Ideia; Natal: EDUFERN, 2013, p.27-44.

ALVEAL, Carmen Margarida de Oliveira. Uma análise preliminar das sesmarias nas Capitanias do Norte. In. Gian Carlo de Melo Silva. (Org.). **A época moderna e o Brasil colonial: Conceitos, fontes e pesquisas**. 1. ed. Maceió: EDUFAL, v. 1, p. 231-242, 2019.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira.; DIAS, Thiago Alves. Por uma história das Capitanias do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. HISTÓRIA UNICAP, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 10–32, 2020.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira et al. Coleção Sesmarias do Brasil: Capitania do Rio Grande (do Norte) 1600-1831. Porto: Editora Cravo, 2023.

BARROS, Marcos Antonio. Trilhando sobre os percursos históricos da “florescente” Barra de Santa Rosa. Campina Grande: [s.n.], 2020.

BELTRÃO, Breno Augusto et al. Diagnóstico do Município de Barra de Santa Rosa. Recife:

CPRM/PRODEEM, 2005.

BEZERRIL JÚNIOR, Francisco Iraján. A colonização do Vale do Curimataú : entre sesmarias, casas-fortes e aldeamentos (1659-1721). 214 f. Dissertação (Mestrado em História), – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2024.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. Almanack Brasiliense, n.2, 2005, p.21-34.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. A conquista do Rio Ruim: A Paraíba na Monarquia Hispânica (1570-1630). Tese (Doutorado em História). – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2020.

BORGES DA FONSECA, Antônio José Victoriano. Nobiliarquia Pernambucana. – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 1925.

DIAS, Patrícia de Oliveira. Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725). 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

DIAS, Thiago Alves. Monopólio Indireto: Colonização Mercantil no Norte do Estado do Brasil (c. 1710 - c. 1780). 383 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. Água e cultura nas populações tradicionais Brasileiras. In. I Encontro Internacional: Governança da Água, São Paulo, novembro, 2007, p.1-20.

GONÇALVES, Regina Célia. Guerra e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630. São Paulo: Edusc, 2007.

GROSSI, Paolo. História da Propriedade: e outros ensaios. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

HESPANHA, Antônio Manuel. As Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal – século XVII. Coimbra: Ed. Almedina, 1994.

KRAUSE, Thiago Nascimento. Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683) 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LACERDA, Larissa Daniele Monteiro. Um novo território jurisdicional, uma nova dinâmica sociopolítica: o sertão do Piancó e os reflexos políticos da segunda metade do século XVIII no interior da Paraíba. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

LIRA, Augusto Tavares de. História do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

LOPES, Fátima Martins. Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado; Coleção Mossoroense. Edição Especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria, 2003.

LOPES, Fátima Martins. Livros de Termos de Vereação do Senado da Câmara de Natal (Século XVII a XIX): catálogo para pesquisa histórica, arquivo e memória. 2006.

MAIA, Légio. Manuscritos ultramarinos para a história colonial do Rio Grande do Norte. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2023.

MELLO, Evaldo Cabral de. Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. - São Paulo, Editora 34, 2007.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da Capitania de Pernambuco, 1654-1701). 148 f. Dissertação (Mestrado em História), – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006 .

MORAIS, Yan Bezerra de. “E por ser de conhecida nobreza”: elites locais e redes de reciprocidade no Sertão do Piancó, Capitania da Paraíba do Norte, 1711-1772. 185 f. Dissertação (Mestrado em História), – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Em busca da perpetuação. Reprodução social e poder econômico da nobreza da terra nas Capitanias do Norte, Séculos XVI-XVIII. 533 f. Tese (Doutorado em História), – Universidade de Évora, Évora, 2020.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Acumulação e manutenção patrimonial da família Albuquerque Maranhão na capitania do Rio Grande: engenhos de cana-de-açúcar e sesmarias (do século XVII ao XIX). Fronteiras: Revista de História, Dourados, v. 24, n. 44, p. 80-105. jul/dez, 2022.

Plataforma SILB - Disponível em: < <http://www.silb.cchla.ufrn.br>>.

PUNTONI, Pedro Luis. A guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Huitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

SILVA, Edson. Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988. 2.ed. Recife: Editora UFPE, 2017.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. “Nas solidões vastas e assustadoras” - os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII.- Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Tyego Franklim da. A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720). 176.p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade